

## IMIGRAÇÃO FEMININA E VULNERABILIDADES SOCIAIS:

Estado do Conhecimento sobre mulheres migrantes no Brasil  
contemporâneo <sup>1</sup>

## FEMALE IMMIGRATION AND SOCIAL VULNERABILITIES:

## a State of Knowledge review on migrant women in contemporary Brazil

Luciana Sanguiné <sup>i</sup>Demétrio Peixoto Santos <sup>ii</sup>

RESUMO: Apesar do crescimento das migrações femininas no Brasil, os estudos acadêmicos ainda negligenciam as vulnerabilidades específicas enfrentadas por essas mulheres. Este artigo tem como objetivo mapear, com base nas teses e dissertações disponíveis na BDTD, como a vulnerabilidade social tem sido abordada em estudos sobre imigração feminina. Fundamentado em estudos de gênero e mobilidade, utiliza a metodologia de estado do conhecimento. Os resultados evidenciam abordagens fragmentadas e concentração temática e regional. O estudo contribui ao sistematizar produções dispersas e evidenciar a necessidade de aprofundar as interseções entre gênero, mobilidade e vulnerabilidade.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Imigração feminina. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT: Despite the growth of female migration in Brazil, academic studies still overlook the specific vulnerabilities faced by these women. This article aims to map, based on theses and dissertations available in the BDTD, how social vulnerability has been addressed in studies on female immigration. Grounded in gender and mobility studies, it employs the state-of-knowledge methodology. The results reveal fragmented approaches and

<sup>1</sup> Este artigo foi articulado a partir do trabalho final da disciplina do Estado do Conhecimento, oferecida em cotutela pelos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ministrada pelas docentes Prof<sup>a</sup> Dra. Marília Morosini e Prof<sup>a</sup> Dra. Egeslaine de Nez.

thematic and regional concentration. The study contributes by systematizing dispersed research and highlighting the need to deepen the intersections between gender, mobility, and vulnerability.

Keywords: Female immigration. State of knowledge. Social vulnerability.

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente feminização das migrações internacionais nas últimas décadas exige atenção específica da produção acadêmica, especialmente diante das vulnerabilidades que incidem de forma particular sobre mulheres em deslocamento migratório. Ainda que o Brasil tenha se tornado destino relevante para fluxos migratórios contemporâneos, sobretudo vindos da América Latina e Caribe, observa-se uma lacuna importante nos estudos sobre o tema, especialmente no que tange à interseccionalidade entre gênero, mobilidade e vulnerabilidade social.

A experiência das mulheres migrantes é atravessada por múltiplas camadas de exclusão, como o racismo, o sexismo, a precariedade econômica e a ausência de políticas públicas específicas. Como destaca Perna (2023, p. 13), “as migrações femininas revelam não apenas deslocamentos geográficos, mas também redesenham fronteiras simbólicas entre pertencimento e exclusão”. Tais processos são ainda mais complexos em contextos de vulnerabilidade, como o enfrentamento à violência institucional, barreiras linguísticas, restrições ao acesso à saúde e ao trabalho formal, além da sobrecarga de responsabilidades relacionadas ao cuidado familiar.

Apesar da relevância do tema, a análise das teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) evidencia uma concentração temática e regional que reforça a invisibilidade de grupos específicos. É significativa, por exemplo, a ausência de estudos voltados às mulheres migrantes bolivianas, árabes ou africanas, que compõem contingentes importantes em estados como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Além disso, os trabalhos analisados demonstram predominância de recortes localizados em áreas de fronteira, como Roraima e o Norte do país, o que, embora compreensível diante das dinâmicas de entrada no território nacional, restringe a compreensão dos desafios enfrentados em centros urbanos de maior complexidade.

Outro ponto de destaque é a baixa presença de teses em relação às dissertações, o que indica que o campo ainda é incipiente em termos de aprofundamento teórico e metodológico. Conforme argumenta Perna (2023, p. 22), “a urgência em visibilizar os trajetos e as vozes das mulheres migrantes não pode prescindir de um esforço sistemático de produção científica comprometida com a justiça social”. Essa constatação reforça a necessidade de organizar e analisar criticamente o conhecimento já produzido, identificando suas lacunas, contribuições e potencialidades.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo mapear, com base nas teses e dissertações disponíveis na BDTD, como a vulnerabilidade social tem sido abordada em estudos sobre mulheres migrantes no Brasil contemporâneo. Para isso, fundamenta-se em referenciais dos estudos de gênero, das migrações e da justiça social, utilizando a metodologia de estado do conhecimento, conforme

proposta por Kohls-Santos e Morosini (2021), que permite sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica disponível, contribuindo para a consolidação e expansão do campo.

Este artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. A primeira apresenta a metodologia do estado do conhecimento, detalhando os critérios de seleção, corpus e procedimentos de análise. A segunda reúne os resultados e discussão, organizados a partir da caracterização da produção acadêmica, recortes temáticos, abordagens teórico-metodológicas e principais lacunas identificadas. A terceira seção discute de forma crítica os silenciamentos e ausências evidenciados no campo, articulando-os com referenciais interseccionais e de gênero. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as contribuições do estudo, suas limitações e direções possíveis para pesquisas futuras.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

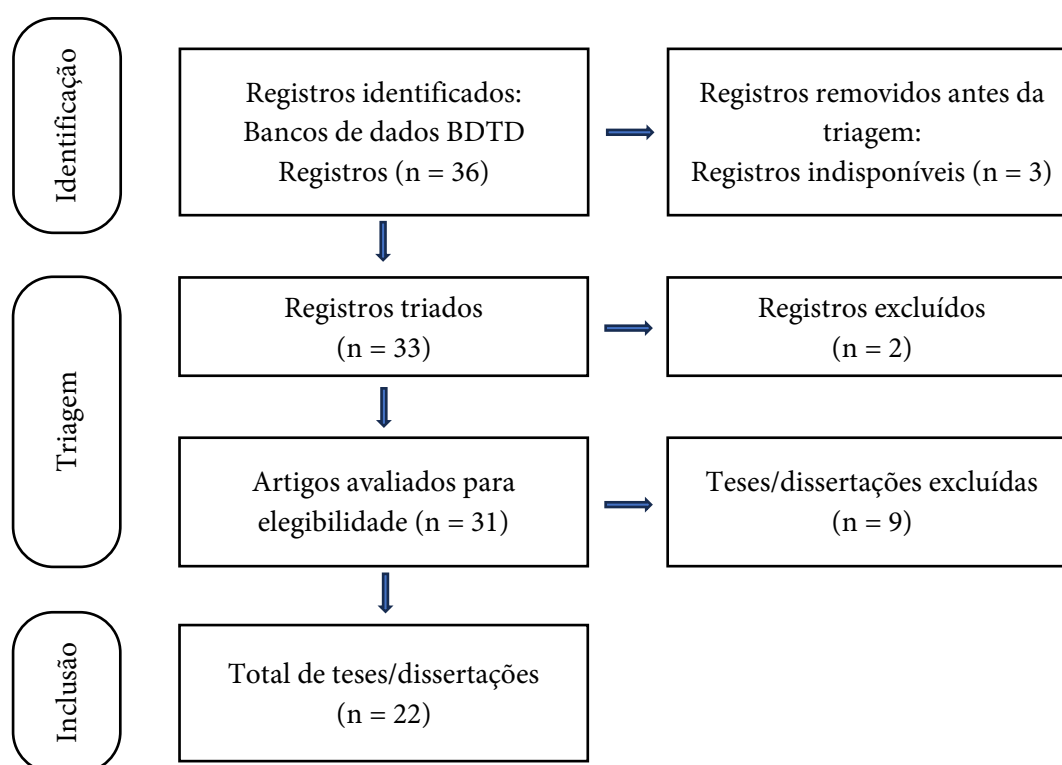
Este estudo adota a metodologia de estado do conhecimento, tal como definida por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2025), com o objetivo de mapear, sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica relacionada à vulnerabilidade social de mulheres migrantes no Brasil. Segundo as autoras, essa metodologia “permite compreender os avanços e limites das produções científicas, evidenciando lacunas e contribuindo para o aprofundamento de áreas emergentes” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2025, p. 30).

A investigação teve como base as teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O levantamento foi realizado em 6 de abril de 2025, a partir dos seguintes descritores combinados: “mulheres migrantes”, “gênero AND migração”, “vulnerabilidade social”, “imigração feminina”, “refugiadas” AND “mobilidade humana”. Como critérios de inclusão, foram considerados os trabalhos que: (i) estivessem disponíveis integralmente para leitura e análise; (ii) abordassem diretamente a temática da vulnerabilidade social em mulheres migrantes; (iii) respeitassem o recorte geográfico estudado, neste caso o Brasil. Não foi necessário usar critério de recorte atemporal, já que a quantidade de trabalhos foi bastante reduzida.

Inicialmente, foram encontrados 36 trabalhos. Após triagem manual, foram excluídos 3 documentos por estarem indisponíveis para leitura e análise, e outros 11 trabalhos por não abordarem diretamente a temática central da pesquisa, totalizando 22 produções analisadas, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Para garantir transparência e reprodutibilidade, foi utilizado o protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (Page et. al., 2020), adaptado à análise de produção acadêmica. O fluxograma PRISMA atualizado abaixo ilustra as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos trabalhos no corpus final.

Figura 1 – Protocolo PRISMA adaptado



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Page et. al. (2020)

A análise dos dados foi conduzida com foco na caracterização temática, recorte temporal, distribuição geográfica, população migrante pesquisada e abordagem metodológica. Buscou-se identificar tendências, ausências representativas e os principais eixos interpretativos mobilizados pelas autoras e autores.

A triagem inicial foi realizada com o apoio da ferramenta SciSpace, um assistente de pesquisa baseado em inteligência artificial que permite decodificar e compreender artigos científicos, teses e dissertações com maior rapidez e eficiência.

A ferramenta viabiliza buscas por palavras-chave, oferece resumos automáticos, explicações de trechos complexos e recursos de organização das leituras, otimizando assim o processo de seleção de trabalhos relevantes (Jain; Sibbu; Kuri, 2023). Todos os resumos foram lidos integralmente e, sempre que necessário, consultou-se o texto completo para esclarecer dúvidas sobre a proposta da pesquisa ou acessar informações não disponíveis no resumo. A categorização do conteúdo foi feita manualmente, com base em leitura seletiva dos trabalhos, anotações qualitativas e organização em uma planilha com campos padronizados.

Esta estratégia metodológica permitiu identificar silenciamentos e assimetrias na produção acadêmica, tais como a concentração de estudos em regiões de fronteira, a ausência de populações migrantes relevantes, como mulheres bolivianas e árabes, e a carência de comparações com experiências internacionais e políticas públicas. A predominância de dissertações sobre teses reforça o caráter emergente do campo investigado.

### 3 MAPEAMENTOS E ANÁLISES

#### 3.1 Caracterização geral da produção

Preliminarmente, no que tange ao objeto central do estudo aqui proposto, cumpre enfatizar que a violência contra as mulheres nas últimas décadas se tornou um problema de ordem política, de segurança pública, de saúde e de direitos humanos, combativo ao ordenamento social patriarcal e normatizador da sexualidade feminina.

São infinitos os recursos sistemáticos que comunicam o papel de gênero submisso e que, ao ocuparem-se majoritariamente dessa "loteria de felicidade afetiva", infantilizam a mulher a ponto de impedir que ela reivindique ascensão profissional, participação política, contribuição científica, equiparação salarial, liberdade de escolha sobre o próprio corpo, direito de ir e vir e uma gama diversa de propósitos, interesses e experiências relacionados à sua vida como completa, independente e fundamental para a evolução da coletividade, desvinculada de um ente masculino legitimador, Saldanha (2017).

Nesse contexto, Bandeira (2014) assinala que, no início da década de 1980, estabeleceu-se no Brasil uma nova ordem quanto aos estudos e ações voltados às vulnerabilidades. Legislações e serviços públicos especializados começaram a se moldar no sentido de abrigar novos paradigmas e anseios sociais. A violência contra as mulheres passou a ser atribuída a rótulos associados à fragilidade e à submissão, em decorrência dos padrões de gênero. Tais rótulos funcionam como justificativa social para o preconceito e a opressão exercidos sobre as mulheres. Trata-se, portanto, de uma problemática que exige mais do que leis enquanto hipótese resolutiva, considerando que apenas a promulgação destas não é suficiente para enfrentar um problema cuja natureza é cultural, Santos (2021).

Na perspectiva da luta feminista em busca de reconhecimento social e do exercício pleno da cidadania, Santos e Izumino (2005) destacam que a bibliografia acerca da violência contra as mulheres surgiu, no Brasil, no início da década de 1980. Esses estudos foram fruto das transformações sociais e políticas vivenciadas no país, acompanhando o desenvolvimento do movimento de mulheres e o processo de redemocratização. Um dos principais objetivos do movimento feminista à época era tornar visível a violência contra as mulheres.

Importa ressaltar que, ao final da década de 1980, ocorreu uma mudança teórica significativa nos estudos feministas no Brasil, quando as acadêmicas substituíram a categoria "mulher" pela categoria "gênero", instaurando um novo paradigma para o estudo das questões relativas às mulheres. As autoras observam que, nos anos 1990, os estudos sobre violência contra as mulheres promoveram transformações no cenário jurídico-político, tanto nacional quanto internacionalmente, impulsionadas pelo processo de redemocratização e pela criação de novas legislações voltadas à temática.

Naquela ideia, os movimentos feministas foram responsáveis por denunciar fatos que marcaram uma era de violência contra as mulheres, rompendo com a ilusão de que elas detinham equidade social e pleno exercício da cidadania.

No âmbito da organização do Estado Democrático de Direito, é fundamental esclarecer duas noções que sustentam as bases doutrinárias da igualdade entre os seres humanos: a igualdade formal e a igualdade material. A primeira veda ao Estado práticas discriminatórias e limitações arbitrárias aos direitos fundamentais; a segunda reconhece que não basta o Estado se abster de abusos, sendo necessário que ele atue ativamente na promoção da igualdade material, por meio de leis e políticas públicas adequadas, visando à superação das desigualdades fáticas e específicas oriundas de construções histórico-culturais, Santos (2021).

É visível que boa parte da sociedade tem tomado consciência e refutado a naturalização da violência contra as mulheres, sendo cada vez mais influenciada por valores feministas, pelo respeito aos direitos humanos das mulheres e pelo pleno exercício da cidadania. No entanto, permanece incontestável a existência de representações de violência ainda não superadas, tanto no ambiente intrafamiliar quanto fora dele. Assim, não está plenamente assegurado o reconhecimento da igualdade de fato entre homens e mulheres, conforme o estudo apresentado por Santos (2021).

A violência contra as mulheres é um fenômeno estrutural, de base cultural, não solucionável apenas com legislação formal. Isso é especialmente agravado no caso das mulheres migrantes, que vivenciam múltiplas camadas de vulnerabilidade: são afetadas tanto pela opressão patriarcal comum a todas as mulheres quanto por fatores adicionais, como o racismo, a xenofobia, a barreira linguística, a precarização do trabalho e a ausência de políticas públicas voltadas à sua proteção específica.

Compreende-se que as mulheres migrantes são desumanizadas, o que encontra representação na invisibilidade institucional: poucas políticas públicas contemplam a realidade, e o acesso à justiça e à proteção legal é frequentemente negado ou dificultado por entraves burocráticos, linguísticos e/ou legais. A distinção entre igualdade formal e material é fundamental para compreender a exclusão de mulheres migrantes. Embora o ordenamento jurídico brasileiro contemple princípios de igualdade e proíba discriminações (igualdade formal), tais garantias não são suficientes para assegurar o acesso real a direitos (igualdade material).

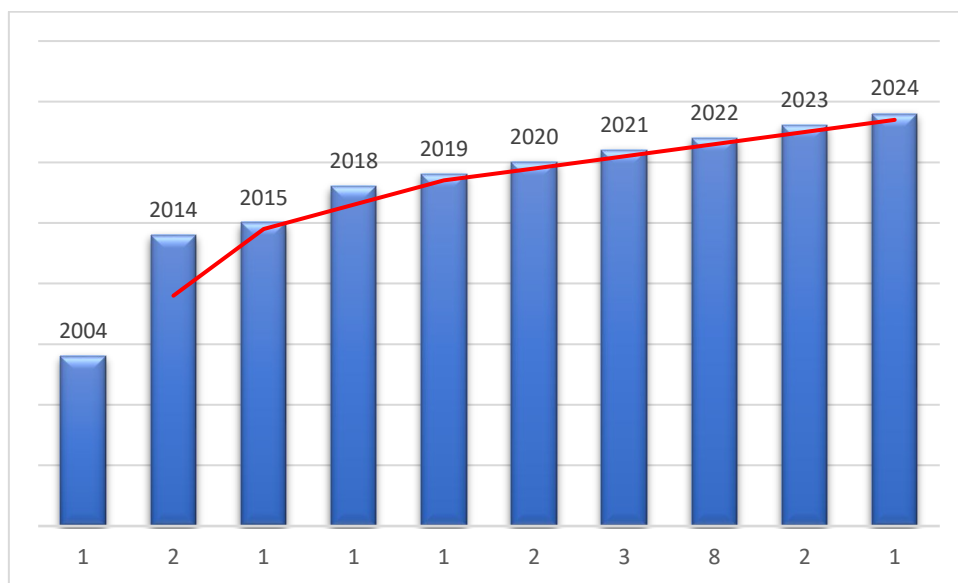
As mulheres migrantes não apenas enfrentam o desamparo legal no enfrentamento à violência de gênero, como também esbarram na ausência de políticas de acolhimento e integração. Portanto, é necessária uma atuação estatal ativa, pautada pela promoção de equidade interseccional a essas mulheres.

Sob uma ótica crítica, se identifica que a ausência de amparo legal e institucional às mulheres migrantes é uma manifestação concreta da violência estrutural e simbólica contra as mulheres. Embora o arcabouço legal brasileiro tenha avançado em matéria de enfrentamento à violência de gênero, persiste uma lacuna grave quando se trata da aplicação desses direitos a mulheres em situação de mobilidade humana.

Na perspectiva central deste artigo, se observa um crescimento progressivo no número de trabalhos sobre mulheres migrantes entre 2014 e 2023, com um pico notável em 2022, conforme apresentado no gráfico 1. Esse aumento parece refletir a intensificação das migrações forçadas nos últimos anos, especialmente em decorrência da crise humanitária na Venezuela, e o consequente interesse acadêmico por temas que articulam migração, gênero e vulnerabilidade social.

A centralidade da experiência venezuelana na produção recente é evidente em trabalhos como o de Ramos (2022), que analisa os vínculos comunicacionais na inserção laboral de mulheres venezuelanas em Cuiabá (MT), e o de Silva (2021a), que estuda a violência contra migrantes venezuelanas sob a perspectiva da segurança pública em Boa Vista (RR). Esses estudos demonstram que o fluxo migratório venezuelano tem provocado impactos diretos tanto nas estruturas de acolhimento quanto nas agendas de pesquisa em programas de pós-graduação. Ainda assim, a produção permanece irregular, com concentração em determinados anos, o que evidencia a necessidade de maior continuidade e sistematização dessa temática na academia brasileira.

Gráfico 1 – Distribuição anual dos trabalhos



Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

A distribuição por nível de titulação evidencia uma predominância expressiva de dissertações de mestrado em relação às teses de doutorado. Dos 22 trabalhos finais analisados, apenas um se tratava de uma tese proveniente de doutorado. Essa assimetria pode ser interpretada à luz do campo científico proposto por Bourdieu (2007), que concebe o espaço acadêmico como um campo de forças e lutas simbólicas pela legitimação de objetos de estudo. Nesse contexto, a escassez de teses pode indicar a posição ainda periférica do tema das migrações femininas no interior dos programas de pós-graduação e suas agendas de pesquisa consolidadas.

Em termos geográficos, como ilustrado na figura 2 (mapa de calor), as pesquisas se concentram principalmente nas regiões Norte e Sudeste, especialmente nos estados de Roraima, Pará, Amazonas, São Paulo e Rio de Janeiro. Essa concentração pode ser atribuída, em parte, à localização das principais rotas migratórias e à presença de fronteiras internacionais, que tornam essas regiões especialmente sensíveis aos fluxos migratórios femininos.

No caso específico de Roraima, destacam-se trabalhos que abordam a migração venezuelana sob diferentes perspectivas, como os de Bento (2023) sobre afetividade e mapas afetivos, Freitas (2021)

sobre protagonismo feminino, Silva (2021a) sobre violência contra mulheres migrantes na perspectiva dos direitos humanos, e Lima (2014), que analisa as dinâmicas familiares de migrantes guianenses em Boa Vista.

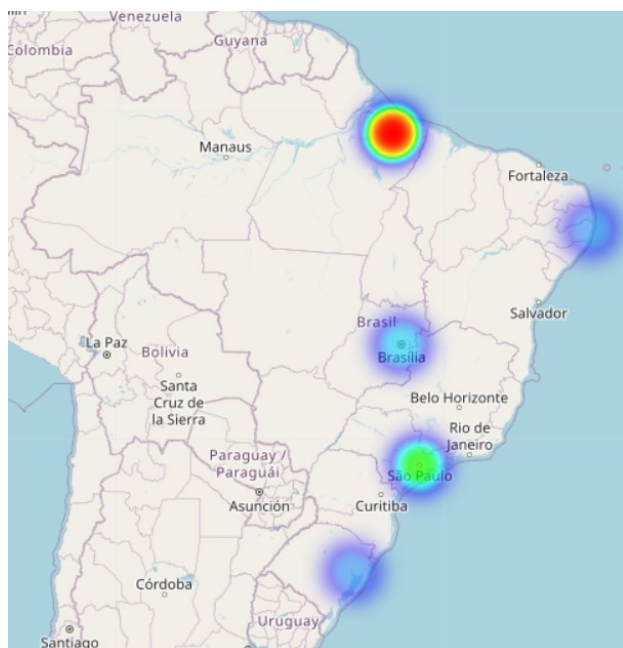
No entanto, essa distribuição geográfica também evidencia uma lacuna relevante: a escassez de estudos voltados a regiões com expressiva presença de comunidades migrantes, como o Paraná, Rio Grande do Sul e parte do Centro-Oeste. Ainda que existam produções importantes nessas regiões, como o trabalho de Santos (2022), que analisa os tratados internacionais de prevenção e combate ao tráfico de pessoas no contexto do Paraná; os estudos de Hendges (2023) investigam, as experiências de mulheres venezuelanas e haitianas em Porto Alegre; ou a dissertação de Farias (2022), que trata dos partos de mulheres migrantes na fronteira sul-mato-grossense; bem como os trabalhos de Silva (2021b), Ramos (2022) e Geraldini (2020), que exploram dimensões da vulnerabilidade em Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

Essas produções, embora relevantes, ainda não compensam a disparidade regional observada. Isso sugere a necessidade de maior incentivo a investigações nessas áreas, sobretudo diante da crescente diversidade migratória presente no Sul e Centro-Oeste do país. Nessas localidades, populações como as comunidades árabes e haitianas permanecem sub-representadas na produção acadêmica, o que indica a necessidade de maior descentralização das pesquisas e atenção a contextos migratórios diversos no território nacional.

O próprio Relatório OBMigra (2024) aponta que, embora os maiores contingentes de imigrantes se concentrem nas regiões Sudeste e Sul, observa-se um aumento expressivo da presença de haitianos em estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso, além de um crescimento de fluxos árabes na região Centro-Oeste, especialmente associados a processos de interiorização e redes comunitárias locais. No entanto, essa presença ainda não encontra respaldo proporcional na produção científica, o que compromete o entendimento das especificidades desses grupos em suas regiões de acolhida (OBMigra, 2024).

Como destaca Perna (2023, p. 15), a invisibilidade das mulheres migrantes “ainda é uma constante, seja na formulação de políticas públicas, seja nos registros estatísticos ou nas narrativas acadêmicas”. Para ilustrar essas assimetrias regionais, a figura 2 apresenta um mapa de calor, no qual os tons mais quentes correspondem às áreas com maior concentração de pesquisas e os mais frios indicam regiões onde a produção acadêmica é menos expressiva.

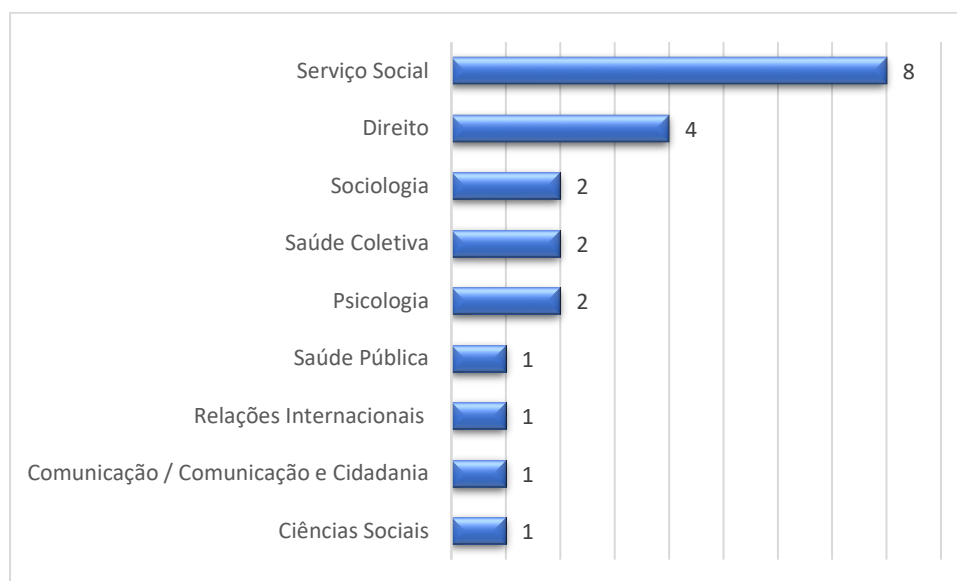
Figura 2 – Distribuição geográfica dos trabalhos através de mapa de calor



Fonte: Elaborado pelos autores com ajuda de inteligência artificial

Como podemos observar no Gráfico 2, as pesquisas concentram-se majoritariamente nas áreas de Serviço Social e Direito, seguidas por contribuições em Sociologia, Psicologia e Saúde Coletiva. Essa distribuição evidencia uma abordagem voltada às ciências humanas e sociais aplicadas, com ênfase em experiências vividas e redes de apoio. No entanto, a escassa presença de trabalhos nas áreas de Políticas Públicas e Relações Internacionais limita o aprofundamento sobre os marcos normativos e institucionais que sustentam a proteção às mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade.

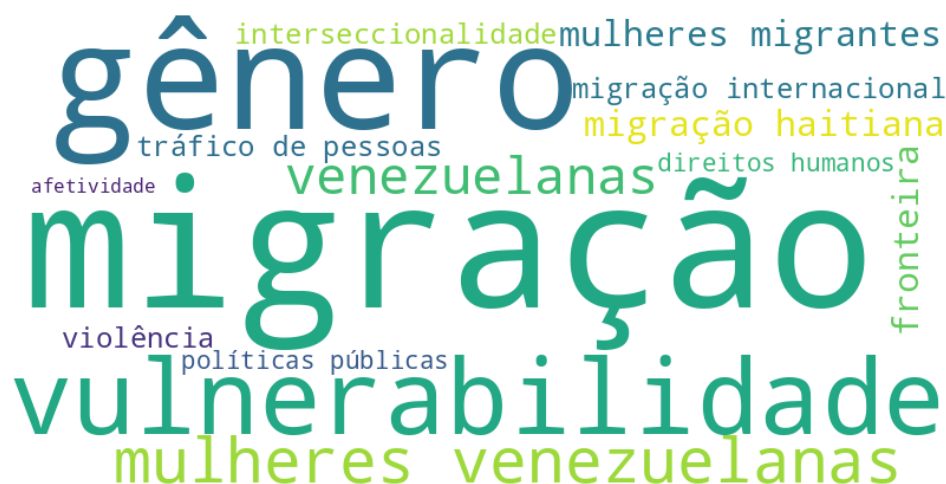
Gráfico 2 – Distribuição das áreas do conhecimento das teses e dissertações analisadas



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

As palavras-chave mais utilizadas nas dissertações e teses analisadas evidenciam os principais eixos temáticos das investigações, como migração, gênero, mulheres venezuelanas, vulnerabilidade e direitos humanos. A nuvem de palavras a seguir apresenta graficamente os termos mais recorrentes entre os trabalhos da amostra.

Gráfico 3 – Nuvem de palavras com os termos mais recorrentes nas palavras-chave dos trabalhos analisados.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Assim, a caracterização geral da produção evidencia avanços, mas também lacunas importantes, como a necessidade de maior diversidade temática, ampliação do foco regional e aprofundamento teórico-conceitual sobre vulnerabilidades específicas de grupos migrantes invisibilizados.

### 3.2 Recortes temáticos e abordagens conceituais

A análise dos recortes temáticos evidencia um enfoque recorrente em marcadores sociais como gênero, nacionalidade, vulnerabilidade e migração forçada, os quais configuram as intersecções mais presentes nas dissertações e teses analisadas. Ainda que os trabalhos revelem um compromisso com a visibilidade das mulheres migrantes, observa-se uma abordagem por vezes fragmentada, sem articulação entre aspectos jurídicos, institucionais e socioculturais das trajetórias analisadas.

A maioria dos estudos incorpora discussões baseadas nos feminismos decoloniais e teorias interseccionais, conforme se observa na obra de Freitas (2021), que dialoga com autoras latino-americanas como Rita Segato e Julieta Paredes. Esses referenciais críticos permitem tensionar o papel das instituições, do Estado e da sociedade no aprofundamento da vulnerabilidade social de mulheres em mobilidade.

Notavelmente, algumas pesquisas ampliam a análise para dimensões subjetivas e simbólicas. É o caso de Bento (2023), que investiga a afetividade e a estima de lugar como categorias centrais para

compreender os vínculos emocionais e o sentimento de pertencimento das mulheres venezuelanas em Boa Vista, ainda que sem recorrer diretamente a autores clássicos da área como Tuan ou Korpela.

Apesar da pluralidade teórica, poucas produções incorporam comparações internacionais ou o estudo sistemático de boas práticas de acolhimento e proteção a mulheres migrantes em outros países, o que constitui uma lacuna importante. Além disso, percebe-se a ausência quase total de referenciais ligados à proteção internacional dos direitos humanos, com exceção de algumas pesquisas mais jurídicas, como a de Silva (2021b), que analisa a proteção internacional das mulheres refugiadas no Brasil, e o estudo de Sanguiné (2025), que realiza uma comparação entre os mecanismos de integração econômica de migrantes venezuelanos em países sul-americanos.

Conceitualmente, os estudos oscilam entre a adoção de abordagens qualitativas descritivas e interpretações fundamentadas em marcos teóricos robustos. Entretanto, em muitos casos, há um silenciamento de aspectos estruturais da violência, como a violência doméstica, o tráfico de pessoas ou o racismo institucional, que permanecem à margem das análises empíricas. Por exemplo, embora Bento (2023) desenvolva uma discussão sensível sobre afetividade e pertencimento de migrantes venezuelanas em Boa Vista, o trabalho não aprofunda questões como políticas públicas ou violência de gênero.

De modo semelhante, Freitas (2021) enfatiza o protagonismo feminino na experiência migratória, mas não adentra no debate jurídico nem no acesso à justiça. Já Lima (2014), ao abordar a dinâmica familiar de migrantes guianenses, toca apenas periféricamente nas questões de gênero e raça, sem analisá-las de forma estruturada.

Em síntese, os recortes temáticos privilegiam as experiências individuais e locais, com ênfase em aspectos subjetivos e culturais, mas carecem de articulações com políticas públicas, jurisprudência, ou modelos comparativos de proteção. Esta constatação reforça a necessidade de abordagens mais integradas e interdisciplinares nos futuros estudos sobre mulheres migrantes no Brasil.

### 3.3 Abordagens teóricas e metodológicas

A análise das dissertações e teses incluídas no presente estudo evidencia um predomínio marcante das metodologias qualitativas, especialmente aquelas centradas na escuta sensível e na valorização das experiências subjetivas das mulheres migrantes. Entrevistas semiestruturadas, histórias de vida, estudos de caso e etnografias aparecem como estratégias amplamente utilizadas, confirmando o esforço dos pesquisadores e pesquisadoras em construir um conhecimento comprometido com a realidade vivida dos sujeitos investigados.

Essa orientação metodológica encontra respaldo na sociologia compreensiva de Weber (1999), para quem a investigação social deve buscar compreender o sentido que os indivíduos atribuem às suas ações, permitindo uma interpretação mais profunda das dinâmicas sociais vividas pelos sujeitos.

Em termos de referenciais teóricos, destacam-se autoras e autores que permitem tensionar as categorias de análise tradicionais e evidenciar as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres em mobilidade. Sayad (1999) é amplamente mobilizado para pensar o “duplo silêncio” do

migrante, aquele que é silenciado em seu país de origem e também no país de destino. Federici (2017), por sua vez, contribui com reflexões sobre a exploração do corpo e do trabalho feminino, fornecendo subsídios importantes para compreender a precarização das condições de vida das mulheres migrantes, especialmente no âmbito do trabalho informal e da reprodução social.

A perspectiva interseccional proposta por Crenshaw (1991) constitui um dos alicerces teóricos mais recorrentes. Os estudos analisados reconhecem a importância de considerar simultaneamente as opressões de gênero, raça, classe, nacionalidade e condição migratória. Nesse contexto, os feminismos interseccionais latino-americanos, Saffioti (2004), também têm sido acionados para pensar a violência estrutural e institucional, evidenciando como os sistemas de poder operam de forma combinada na construção da vulnerabilidade.

No entanto, mesmo diante desse engajamento teórico, observam-se ausências importantes: poucos trabalhos exploram as contribuições das epistemologias decoloniais, o que limita a problematização sobre o eurocentrismo e os modos coloniais de produção do saber no campo migratório. Da mesma forma, a dimensão jurídica, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos, proteção internacional e políticas de regularização migratória, que é pouco explorada. Essa lacuna revela um desafio para a articulação entre o campo jurídico e os estudos de gênero e migração, o que poderia potencializar a incidência acadêmica na formulação de políticas públicas mais sensíveis à realidade das mulheres migrantes.

Em síntese, a produção analisada demonstra consistência teórico-metodológica na escolha por abordagens qualitativas e interseccionais, mas ainda carece de maior articulação com debates decoloniais e jurídicos, o que representa uma fronteira promissora para futuras investigações.

### 3.4 Silenciamentos e lacunas

A análise do corpus revela que, embora haja avanços nas investigações sobre migração feminina, persistem áreas pouco exploradas que comprometem a construção de um panorama mais abrangente e equitativo sobre o tema. Ainda são raras as pesquisas que tratam de forma aprofundada as vivências de mulheres migrantes nas regiões Sul e Centro-Oeste, mesmo em contextos em que há crescente diversidade migratória. Populações como as comunidades árabes, haitianas e senegalesas seguem invisibilizadas, evidenciando a necessidade de maior descentralização das agendas investigativas.

Também se observa que aspectos estruturais da violência, como a violência doméstica, o tráfico de pessoas, o racismo institucional e a precarização do trabalho feminino, muitas vezes são tangenciados, mas não analisados em profundidade. Em diversos trabalhos, essas dimensões aparecem de forma fragmentada ou diluída em categorias amplas como vulnerabilidade, o que impede a compreensão mais crítica das relações de poder que atravessam a experiência migratória.

Além disso, faltam articulações com os referenciais da proteção internacional dos direitos humanos e com os debates sobre políticas públicas voltadas especificamente às mulheres em mobilidade. Poucos estudos incorporam experiências comparadas com outros países da América

Latina, o que limita o potencial de reflexão sobre boas práticas e a adaptação de modelos bem-sucedidos de acolhimento e integração.

Do ponto de vista metodológico, embora a escuta sensível e as abordagens qualitativas tenham sido predominantes e valiosas para compreender as subjetividades das migrantes, há uma ausência de triangulação metodológica e de uso de dados quantitativos que poderiam contribuir para mapear padrões em escala nacional. A baixa presença de estudos com abordagem interseccional também chama atenção, especialmente no que diz respeito às especificidades enfrentadas por migrantes negras, indígenas, LGBTQIA+ ou em situação de deficiência.

Por fim, nota-se que há poucos trabalhos desenvolvidos em diálogo direto com as próprias comunidades migrantes e com organizações da sociedade civil que atuam no acolhimento. Essa distância entre pesquisa e prática pode comprometer a efetividade do conhecimento produzido e sua aplicabilidade na formulação de políticas públicas mais inclusivas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo sistematizar e analisar a produção acadêmica brasileira sobre migração feminina em contextos de vulnerabilidade, a partir de dissertações e teses publicadas entre 2013 e 2023. Os resultados indicam um predomínio de abordagens qualitativas, centradas em metodologias sensíveis às experiências subjetivas das mulheres migrantes, como entrevistas, histórias de vida e estudos de caso. A análise temática revelou ênfase nos processos de acolhimento, redes de solidariedade, afetividade e vulnerabilidade social.

Apesar disso, observaram-se lacunas importantes, como a ausência de abordagens interseccionais mais densas, a escassez de estudos sobre determinadas populações migrantes (como haitianas, senegalesas e mulheres árabes), e a sub-representação geográfica de regiões como Sul e Centro-Oeste do país. Também se destaca a tímida articulação com os marcos jurídicos internacionais de proteção a direitos humanos. Embora a produção analisada revele avanços no reconhecimento da feminização das migrações e na valorização das vozes das migrantes, ainda há desafios quanto à complexificação analítica das múltiplas violências que as acometem.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho contribui ao mapear e organizar criticamente a produção científica brasileira sobre migração feminina, oferecendo um panorama sistematizado que pode subsidiar novas investigações acerca da temática. Ao identificar lacunas teóricas, metodológicas e temáticas, o estudo oferece direções claras para o fortalecimento do campo, incentivando maior articulação entre pesquisa, direitos humanos e políticas públicas. Em termos práticos, a análise fornece subsídios para profissionais que atuam com populações migrantes, sinalizando áreas prioritárias de atenção e campos de invisibilidade. Socialmente, o estudo contribui para o debate público ao reforçar a importância de um olhar sensível às especificidades de gênero, nacionalidade e condição migratória.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o recorte exclusivo em dissertações e teses disponíveis em bases públicas brasileiras, o que pode ter deixado de fora pesquisas relevantes publicadas em artigos ou em outras línguas. O método de análise qualitativa, embora eficaz na identificação de

padrões e lacunas, não permite inferências quantitativas mais amplas sobre a totalidade da produção acadêmica no tema. Além disso, a ausência de contato direto com autoras ou instituições pode limitar a compreensão de determinados contextos de produção e de circulação do conhecimento.

Sugere-se a ampliação do escopo metodológico para incluir dados quantitativos e georreferenciados, a fim de mapear com maior precisão as tendências e vazios da produção científica sobre migração de mulheres. Também seria relevante o desenvolvimento de estudos comparativos entre experiências brasileiras e de outros países latino-americanos, com foco em boas práticas de acolhimento e integração. Por fim, propõe-se o aprofundamento de investigações interseccionais que contemplem as especificidades de migrantes negras, indígenas, LGBTQIA+ e mulheres com deficiência, buscando visibilizar grupos ainda marginalizados na literatura atual.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
- BENTO, Halaine Cristina Pessoa. Afetividade e estima de lugar: a construção dos mapas afetivos de mulheres venezuelanas em Boa Vista (RR). Orientadora: Zulmira Áurea Cruz Bomfim. 2023. 155 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 42-69.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- FARIAS, Caroline Mendes Leandro. Estratégias e acasos de partos de mulheres migrantes em fronteira. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5679>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. (Original publicado em 2004)
- FREITAS, Maria Inah de Almeida. De vivências e conversas: o protagonismo feminino na migração venezuelana. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas – Teoria, História e Crítica da Cultura) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/handle/riuea/1800>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- GERALDINI, Stephania Aparecida Ribeiro Batista. *Você me abre os braços e a gente faz um país: construindo um país psíquico para a parentalidade de mães em vulnerabilidade no contexto da intervenção mãe-bebê*. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-20082020-151832/>. Acesso em: 05 ago. 2025.

HENDGES, Ana Paula Jetske. Inequidade em trânsito: solidariedade e capital social na experiência de mulheres venezuelanas em Porto Alegre. 2023. 121 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

JAIN, Sanmati Jinendran; SIBBU, Kush; KURI, Ramesh. Conducting effective research using SciSpace: A practical approach. Authorea, 27 nov. 2023. DOI: [10.22541/au.170111059.99508682/v1](https://doi.org/10.22541/au.170111059.99508682/v1). Acesso em: 10 jun. 2025.

KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. “O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma Revisão Bibliográfica”. Revista Panorâmica Online, vol. 33, 2021.

LIMA, Arieche Kitiane Silva. Migração e família: a dinâmica familiar de guianenses na cidade de Boa Vista-RR. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

MOROSINI, Marília; KOHL-SANTOS, Patrícia; BITTENCOURT, Zuleika. Estado do conhecimento: teoria e prática. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2025.

OBMIGRA (Observatório das Migrações Internacionais). Relatório anual 2024: fluxos migratórios e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/obmigra>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, v. 372, n. 71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>.

PERNA, Giselle. Elas merecem serem lembradas: recortes de histórias de mulheres migrantes na América Latina. Porto Alegre: Editora Fi, 2023. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/a040-elas-merecem>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RAMOS, Eunice Maria Güntzel. Vínculos comunicacionais e cidadania: enfrentamento de vulnerabilidades e a busca pelo emprego das mulheres venezuelanas em Cuiabá-MT. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Cuiabá, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SALDANHA, Maria Gabriela. O complexo de Cinderela e a Mulher Inacabada: superando príncipes e dando voz à bruxa interior. Medium, 2017. Disponível em: <https://medium.com/@mariagabrielasaldanha/o-complexo-de-cinderela-e-a-mulher-inacabada-assumindo-a-pr%C3%B3pria-bruxa-como-exerc%C3%ADcio-de-autonomia-731e8946bf8>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANGUINÉ, Luciana. The Venezuelan exodus: migration, employment, and economic integration in South America. Journal of International Social Research Studies, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 37–50, mar. 2025. Disponível em: <https://jisrs.com/journal/articles/THE+VENEZUELAN+EXODUS+MIGRATION+EMPLOYMENT+AND+ECONOMIC+INTEGRATION+IN+SOUTH+AMERICA>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SANTOS, Demétrio Peixoto. A construção social e cultural da violência contra as mulheres: as raízes da violência e a insuficiência das medidas protetivas a mulheres em situação de violência conjugal sob a perspectiva de operadoras(es) da “rede de proteção” do município de Canoas/RS. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, Porto Alegre, 2021. 136 f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/233253>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SANTOS; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005. Disponível em: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/SANTOS\\_IZUMINO\\_VCM\\_VG2005.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/SANTOS_IZUMINO_VCM_VG2005.pdf). Acesso em 20 jun. 2025.

SAYAD, Abdelmalek. A dupla ausência: das ilusões do emigrado às misérias do imigrado. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora Chão da Feira, 1999.

SILVA, Fernando Silva e. Violência contra migrantes venezuelanas na perspectiva dos direitos humanos em Boa Vista-Roraima. 2021 162f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021a.

SILVA, Wisllene Maria Nayane Pereira da. Mulheres e refugiada: uma análise da proteção internacional dos direitos humanos conferidos às mulheres refugiadas sob a ótica interseccional entre gênero e refúgio. 2021. 155f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021b.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999. 2 v.

Recebido em: 5 de setembro de 2025.

Aprovado em: 11 de abril de 2026.

---

<sup>i</sup> Luciana Sanguiné. Doutoranda em História pela PUCRS, Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex, graduada em História, Letras, Engenharia da Computação e Gestão de TI pela UNISUL. Pesquisa imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8517-7803>

E-mail: [luciana.sanguine@outlook.com](mailto:luciana.sanguine@outlook.com)

<sup>ii</sup> Demétrio Peixoto Santos. Doutorando em Educação pela PUCRS, Mestre e Especialista em Segurança Pública pela UFRGS e graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS. Atua como Professor da Academia da Polícia Civil/RS. Pesquisa sobre legislações especiais aplicadas a grupos vulneráveis, mulheres em situação de violência e segurança pública.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8514-1933>

E-mail: [demetriolaw@hotmail.com](mailto:demetriolaw@hotmail.com)